

10 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

A clareza dos atos do CNJ

Com 188 páginas, o relatório anual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entregue ao Poder Legislativo, durante a abertura do ano legislativo, apresenta importantes e fartas informações estatísticas sobre o órgão encarregado de promover o controle administrativo do Judiciário. No entanto, é conciso, pouco transparente e altamente corporativo quando trata da punição de magistrados condenados no plano administrativo por terem cometido algum tipo de irregularidade, como enriquecimento ilícito, venda de sentenças e tráfico de influência, ou adotado um comportamento incompatível com o decoro e a função de juiz.

O relatório dedicou uma página e meia ao tema, limitando-se a informar que, em 2014, cinco magistrados foram punidos por decisão plenária – dois foram aposentados compulsoriamente, dois receberam pena de advertência e um foi colocado em disponibilidade.

Outros cinco magistrados foram afastados temporariamente, em caráter preventivo. Enquanto as denúncias são apuradas, ficam suspensos todos os benefícios decorrentes da função, como uso de gabinete, veículo oficial e manutenção de servidores em cargos de confiança. Os salários, porém, estão garantidos e são depositados regularmente.

Em momento nenhum o relatório menciona os nomes

dos cinco magistrados punidos e dos cinco magistrados afastados temporariamente em 2014, limitando-se a mencionar o número do processo administrativo disciplinar de cada um deles. O documento também não identifica as irregularidades que os levaram a ser investigados. Num momento em que a sociedade brasileira pressiona pela moralização das instituições governamentais e em que todos os órgãos da administração pública direta e indireta têm sido impelidos a ampliar a transparência de suas decisões, a decisão do CNJ vai na contramão da história.

Os cinco magistrados punidos com sanções administrativas e os cinco magistrados afastados temporariamente são integrantes de uma carreira do funcionalismo público e são sustentados com o dinheiro dos contribuintes. Assim, a omissão dos nomes desses dez magistrados é muito mais do que uma acintosa demonstração de corporativismo e de desrespeito a quem os sustenta.

Acima de tudo, é um retrocesso que afeta a imagem institucional do CNJ – um órgão que, no passado, ganhou autoridade moral e respeito da sociedade por combater o nepotismo no Judiciário e punir juízes e desembargadores, sem lhes ocultar nomes e imputações. O órgão também abriu processo administrativo disciplinar contra o presidente de um Tribunal de Justiça que usou o cargo para negociar a

nomeação do filho como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e condenou um ministro do Superior Tribunal de Justiça por participar de um esquema de venda de sentenças a empresários de bingos e de envolvimento com a máfia dos caça-níqueis. Tudo às claras.

Em termos quantitativos, o número de punições administrativas aplicadas pelo CNJ em 2014 foi menor do que no ano anterior, quando 12 magistrados receberam a pena máxima prevista pela Lei Orgânica da Magistratura, a aposentadoria compulsória, e foram aplicadas outras 7 punições – 4 censuras, 1 advertência, 1 remoção compulsória e 1 disponibilidade. Em 2013, o número de processos administrativos disciplinares abertos pela Corregedoria do CNJ bateu recorde – 24 juízes e desembargadores foram investigados pelo órgão, que na época era presidido pelo ministro Joaquim Barbosa.

O relatório informa ainda que em 2014 o CNJ promoveu 25 sessões plenárias, tendo analisado 770 processos – entre atos normativos, pedidos de providência e procedimentos de controle administrativo. Além de ter realizado 10 correições em tribunais, a corregedoria do órgão recebeu 4.772 processos, julgou 5.766 e deu sequência à tramitação de 2.953.

É uma pena que, não fornecendo os nomes dos magistrados punidos ou afastados temporariamente, o CNJ tenha ofuscado essa produtividade.

10 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

HSBC atuava como 'caixa automático' de contas secretas

Documentos mostram que banco entregava malas de dinheiro a clientes estrangeiros na Suíça sem fazer perguntas

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

O segundo maior banco do mundo, o HSBC, entregava malas de dinheiro a clientes estrangeiros que iam a Genebra para consultar suas contas secretas e criou uma indústria de lavagem de dinheiro em sua filial, atraindo mais de 100 mil correntistas. O pacote incluía a criação de empresas offshore e fundações para escapar do controle de seus países de origem.

As revelações estão causando um profundo mal-estar na Suíça e sacudindo o mundo financeiro. Nos EUA, Reino Unido e Bélgica, autoridades exigem respostas do banco e ameaçam até com mandados de prisão.

Os dados foram revelados pelo Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo com base em documentos tirados do banco por um ex-funcionário, Hervé Falciani. Se as autoridades de pelo menos cinco países já se utilizaram desse banco de dados para recolher US\$ 500 milhões em impostos desde 2007, os detalhes e a lista não eram conhecidos do público.

Foi a primeira vez na história do segredo bancário suíço que uma lista desse tamanho foi vazada para a imprensa. Personalidades do esporte, música, nobreza, políticos e mais de 8 mil contas relacionadas a brasileiros fazem parte dos documentos, envolvendo pelo menos 5,5 mil clientes e US\$ 7 bilhões.

Os documentos apontam mais de 170 nacionalidades e celebridades como Fernando Alonso, Michael Schumacher,

Valentino Rossi e o tenista Marat Safin. Cerca de 95% das contas não eram declaradas. Para permitir que os clientes tivessem acesso ao dinheiro sem ser questionados por seus Fiscos, o banco agia como caixa automático para valores milionários.

Segundo documentos revelados pelo jornal *The Guardian*, em 2005 o banco entregava pacotes de dinheiro sem questionar os motivos. Se oficialmente o limite para retirada era de 8 mil francos suíços, clientes de todas as partes do mundo diariamente saíam do banco com malas. O banco sempre entregava o dinheiro em moedas que não eram suíças, o que indicava que seria gasto fora do país.

Uma das pessoas que mantinham essa prática era Arlette Ricci, da Nina Ricci Perfumes. Com mais de US\$ 18 milhões em sua conta, ela recebeu em 2005 dez pacotes durante o ano. Num outro documento, o banco aceitou o argumento do magnata Beny Steinmetz, que retirou em apenas um dia mais de US\$ 100 mil, alegando que usaria o dinheiro numa viagem para a África do Sul e Rússia.

Manobras. Os cuidados com o sigilo dos nomes dos clientes eram totais. Em um documento, os gerentes das contas alertam que um certo espanhol era "paranoico" e não aceitava que o banco lhe contasse. "É apenas ele quem nos conta."

Até a profissão dos donos das contas era mascarada. Na lista de 100 mil nomes, a atividade mais frequente é "dona de casa". São mais de 7 mil mulheres com contas secretas registradas dessa forma.

O que os documentos revelam é um esquema para atrair clientes, garantindo que o dinheiro ficaria seguro e imune ao controle dos Fiscos e da Justiça de outros países. Os próprios gerentes de contas eram incentivados a seguir essa estratégia e o banco chegou a oferecer barras de ouro aos funcionários que atingissem uma meta de atração desse tipo de cliente.

Mas os documentos revelam que os gerentes do banco não abriam contas apenas de pessoas que não queriam pagar impostos. Segundo a investigação, as listas incluem fundações e doadores que financiaram Osama Bin Laden, além de traficantes de armas e de drogas.

Na Suíça, a publicação da lista e das revelações causou um terremoto político. Antes mesmo de sair na imprensa os nomes dos correntistas, o CEO do banco, Franco Morra, enviou no dia 29 de janeiro uma carta a cada um dos clientes alertando para o fato e pedindo "desculpas".

Ao público, a versão do banco foi diferente ontem. Em um comunicado, Morra garantiu que o banco passou por uma "transformação radical" para "evitar que seja usado para evasão fiscal ou lavagem de dinheiro".

A Associação Suíça de Bancos tentou colocar a culpa nos gerentes, alertando que essas práticas eram individuais e não se tratava de uma política das instituições. "Os banqueiros que não respeitam a lei precisam assumir as responsabilidades."

CONTINUA

10 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Nome de presidente do Paraguai está na lista de 'brasileiros'

● O presidente do Paraguai, Horácio Cartes, abriu contas secretas na Suíça e deu a seus gerentes em Genebra endereços brasileiros para que pudessem manter a correspondência com o cliente. Os dados fazem parte da lista de correntistas do banco HSBC, de Genebra.

Segundo as revelações do jornal paraguaio 'ABC', Cartes abriu duas contas na Suíça sete dias depois que criou a empresa Cambios Amambay, predecessora de um banco com o mesmo nome. Cartes acabaria preso em 1989 em um escândalo de evasão de divisas.

Mas ele voltaria a abrir uma nova conta em 1991. A conta era apresentada apenas em siglas, com a referência 6943MA e sem seu nome. Já a correspondência deveria ser enviada ao Brasil. Ao HSBC, ele indicou que seu endereço seria em Ponta Porã, na Avenida Presidente Vargas, 847.

No caso do Brasil, os anos 90 registraram um salto no hábito de brasileiros de buscar contas na Suíça e, em 2006, pelo menos 2 mil contas estavam ativas. No total, 8,7 mil contas ligadas a brasileiros podem ser encontradas na lista do HSBC. / J.C.

10 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Após indulto, Genoino pede extinção de pena

A defesa do ex-deputado e ex-presidente do PT José Genoino pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o benefício do indulto natalino ao condenado no mensalão. Se o pedido for aceito, Genoino poderá ter o restante da pena extinta, com base no decreto da presidente Dilma Rousseff que prevê o indulto de Natal para presos que tiverem cumprido um tempo determinado da pena e apresentarem bom comportamento.

Atualmente, Genoino cumpre em regime aberto a pena de 4 anos e 8 meses imposta como condenação no mensalão. Apesar de poder cumprir a pena em casa nessa modalidade, ele ainda tem obrigações como comparecimento periódico à Justiça e dever de permanecer em casa no período da noite. O indulto consiste em espécie de perdão para permitir que o restante da pena não seja cumprido.

De acordo com a peça encaminhada ao Supremo, Genoino já cumpriu os requisitos e, portanto, se enquadra no grupo que tem direito ao indulto.

Até o momento, Genoino já cumpriu pouco mais de um ano e dois meses de pena. No dia 25 de dezembro, data a partir da qual o indulto natalino passava a valer, o ex-deputado havia cumprido um ano, um mês e dez dias de pena. Como teve 34 dias da pena final descontados em razão de trabalho e estudo, teve contabilizado um ano, dois meses e 14 dias de pena cumprida até o Natal de 2014. Com essas contas, ele atinge o tempo mínimo necessário de cumprimento da pena final para se enquadrar no indulto.

O pedido da defesa de Genoino chegou ao Supremo ontem e deverá ser analisado pelo ministro Luís Roberto Barroso. /

BEATRIZ RULLA

Supremo decide hoje se ex-diretor volta para a prisão

Os ministros da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal decidirão em julgamento na tarde de hoje se o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque voltará para a cadeia. Duque foi preso em novembro de 2014 na Operação Lava Jato, mas foi solto após o relator do caso na Corte, Teori Zavascki, conceder habeas corpus em caráter liminar (temporário), em dezembro passado.

Hoje, porém, o STF terá de analisar fatos novos em relação ao que foi visto pelo relator em 2014. Em parecer enviado à Corte em janeiro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recomendou que Duque volte para a prisão, sob o risco de fuga.

O nome de Duque também reapareceu na 9ª fase da Lava Jato, deflagrada na semana passada, quando veio a público depoimento do ex-gerente da Petrobrás Pedro Barusco. Segundo ele, Duque cobrou da empresa holandesa SBM – suspeita de pagar propina na estatal para obter contratos – US\$ 300 mil como “reforço de campanha” na eleição de 2010. Barusco disse que o pedido atenderia a um pedido do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. / TALITA FERNANDES

10 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Para líder tucano, impeachment não significa 'golpismo'

Senador Cássio Cunha Lima afirma que palavra não deveria provocar 'arrepio' em ninguém por ter amparo constitucional

Isadora Peron / BRASÍLIA

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), defendeu ontem em discurso na tribuna da Casa que falar sobre a possibilidade de impeachment da presidente Dilma Rousseff não poderia ser visto como "golpismo" e, muito menos, causar "arrepio" em ninguém.

O comentário gerou reação do petista Lindbergh Farias (RJ), que acusou os tucanos de não aceitarem a derrota sofrida nas eleições do ano passado.

"Não se pode falar em golpismo quando se pronuncia a palavra impeachment. A palavra impeachment está escrita na nossa Constituição e, portanto, não tem de causar arrepio em ninguém", disse Cunha Lima.

O líder tucano afirmou que não é esse o caminho que o PSDB espera trilhar, mas disse que resolveu abordar o tema porque a população brasileira estaria falando cada vez mais sobre o assunto.

Cunha Lima teve apoio do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), cujo partido faz parte da base aliada do governo. "Eu não acho que a palavra impeachment deva causar arrepios. O que causa arrepio é estar na boca do povo, e silenciá-lo é que seria golpismo", disse.

Coube ao petista Lindbergh rebater as afirmações. O senador, que foi um dos líderes do movimento que ficou conhecido como "caras-pintadas", defendeu o fato de ter ido às ruas pedir o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992. "Eu defendi o impeachment naquela época porque existiam fatos objetivos que levavam ao presidente da República. Agora não há nada. Vocês estão sendo maus perdedores", disse.

Em novembro do ano passado, quando voltou ao Senado após ser derrotado por Dilma na eleição, o presidente nacional do PSDB, Aécio Neves, disse não concordar com os protestos que pediam a destituição da presidente. "Eu não sou golpista", afirmou na época.

Embalados pela sucessão de denúncias envolvendo a Petrobras, pelo agravamento da crise econômica e pela queda de popularidade de Dilma, os integrantes do PSDB passaram a argumentar nas últimas semanas que o afastamento de um presidente é um instrumento legítimo. "A Constituição não prevê impeachment por queda de popularidade, mas prevê por crime de responsabilidade ou por algum crime penal", disse Cunha Lima.

● Constituição

"Não se pode falar em golpismo quando se pronuncia a palavra impeachment. A palavra impeachment está escrita na nossa Constituição e, portanto, não tem de causar arrepio em ninguém"

Cássio Cunha Lima

LÍDER DO PSDB NO SENADO

10 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Secretário da Fazenda ganha mais poder e terá acesso a contas bancárias

Mexidas no orçamento, mudanças na previdência e acesso à movimentação financeira de todos os órgãos revelam poder de Mauro Ricardo Costa

*Paulo Galvez da Silva,
especial para a Gazeta do Povo*

O decreto 445, publicado ontem pelo governador Beto Richa (PSDB) no Diário Oficial, é mais uma mostra do poder que o secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, assumiu no governo. Incumbido pelo governador de pôr em ordem as finanças do Paraná, Costa terá agora acesso, para consulta, às contas bancárias de todos os órgãos da administração direta e indireta do estado.

A medida concede poder para consultar a qualquer momento a movimentação bancária de secretarias, fundos, autarquias, empresas de economia mista e universidades.

Autorização

No caso das sociedades de economia mista o acesso ainda necessita de autorização da entidade. Nos demais órgãos, o secretário poderá consultar até mesmo quanto é gasto ou recebido por meio de convênios ou recursos próprios de arrecadação descentralizada. Os órgãos têm cinco dias para comunicar as instituições bancárias e enviar a autorização para a Secretaria da Fazenda.

Para o presidente da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração da Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (OAB), Luciano Reis, a medida é "saudável se for para fiscalizar". Porém, ele alerta que, "se houver interferência nas entidades da administração indireta, pode mitigar a autonomia administrativa e financeira [das mesmas]".

Em relação aos órgãos e instituições da administração direta, Reis não vê problemas na decisão. Defende, no entanto, que o acesso à movimentação financeira deveria ser estendido à Controladoria-Geral do Estado.

Medidas impopulares

Outras medidas revelam que, ao menos no momento em que o Paraná enfrenta a maior crise financeira de sua história recente, é a Fazenda quem dita as regras no governo. Por influência

de Mauro Ricardo Costa, Richa já havia decidido contingenciar R\$ 11 bilhões do orçamento estadual.

O governador também determinou que todos os órgãos devem reavaliar as licitações que ultrapassem o limite de R\$ 10 milhões. O decreto determinando a auditoria e a renegociação dos valores foi publicado no Diário Oficial no mês passado. O prazo para avaliação das licitações vai até 28 de fevereiro. Já o prazo para renegociação dos contratos termina em 30 de abril.

"Pacotaço"

Costa também é o mentor do pacote de medidas que a Assembleia Legislativa deve votar hoje, em regime de urgência, e que provocou greve geral dos professores estaduais. Entre os pontos polêmicos está a redução de benefícios e o teto de R\$ 4,6 mil para as aposentadorias pagas pelo estado.

Os projetos também autorizam o governo a usar a poupança de R\$ 8 bilhões da ParanaPrevidência — que serviria para dar autonomia ao órgão no futuro — para pagar os atuais inativos. As medidas desagradaram não só os professores. Servidores de outras categorias também ameaçam entrar em greve.

O secretário não foi localizado para comentar a polêmica.

10 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Gestão Richa tem pressa na proposta que mexe na Paranaprevidência

Aprovação da medida traria alívio imediato de R\$ 250 milhões mensais ao caixa estadual

Euclides Lucas Garcia

Com o “tratoração” previsto para hoje na Assembleia Legislativa, o governo do Paraná espera ver aprovado o quanto antes o seu principal objetivo, que é a mudança na formatação atual da Paranaprevidência. A pressa se ampara no alívio imediato de R\$ 250 milhões mensais que a alteração traria ao caixa estadual, garantindo assim o pagamento da folha de fevereiro.

Deputados da própria base admitem que não haveria grandes problemas financeiros em ceder nas medidas que atingem o funcionalismo, sobretudo diante da pressão que eles vêm sofrendo há uma semana.

Responsável por pagar hoje R\$ 497 milhões por mês a mais de 106 mil aposentados e pensionistas, a Paranaprevidência conta com três fundos. Dois deles — o Previdenciário e o Financeiro — serão unificados, enquanto o Militar não sofrerá alterações.

No modelo atual, o Fundo Previdenciário, que serve como uma poupança para pagar futuros aposentados, é superavitário e tem atualmente R\$ 8 bilhões em caixa. Paga apenas 14% dos inativos, que se aposentaram após a criação da Paranaprevidência, no governo Jaime Lerner.

Por outro lado, o Fundo Financeiro, responsável por pagar a maior parte dos aposentados que deixaram o governo em anos anteriores, tem um furo mensal de R\$ 250 milhões. Com a fusão, o Executivo poderá usar o dinheiro da “poupança” para todos os inativos, cobrindo o rombo.

Fogo amigo

Segundo parlamentares governistas, o Executivo comprou uma briga desnecessária com o funcionalismo público estadual ao incluir nos projetos alterações na carreira dos servidores, quando o objetivo principal é a proposta que envolve a previdência. E, além disso, jogou no colo dos deputados a responsabilidade em relação às mudanças.

Um parlamentar argumenta, por exemplo, que não há maiores problemas quando as mensagens do Executivo envolvem apenas a APP, sindicato que representa os docentes da rede estadual.

“Todos eles votam no Professor Lemos [deputado do PT]. Agora, mexeram com todos os servidores, que também votam na gente. Tenho mais de 300 mensagens no meu celular”, desabafa. “Não havia motivo para comprar uma briga desse tamanho. Era muito melhor ficar sem pagar fornecedores.”

Outro parlamentar conta que há servidores fazendo vigília — com direito a velas — na frente da casa de alguns deputados, principalmente os de primeiro mandato.

Tratoração

Com o regime de comissão geral, os dois projetos poderão ser votados diretamente no plenário. Caso sejam aprovados, poderão ser sancionados ainda nesta semana pelo governador Beto Richa (PSDB).

R\$ 8 BILHÕES

é a quantia que o governo do estado pretende usar da Paranaprevidência para pagar os atuais inativos.

R\$ 46 MIL

é o teto salarial que o governo busca fixar para as futuras aposentadorias pagas pelo estado.

R\$ 11 BILHÕES

foi o valor do orçamento estadual alvo de contingenciamento por parte do governo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

10 FEV 2015

RECUO

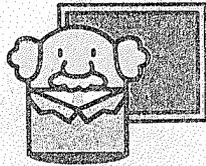
CONTINUAÇÃO

O governo do estado cedeu à parte da pressão dos servidores e recuou em três pontos dos projetos enviados à Assembleia:



1 Funcionalismo

Acabariam os quinquênios e anuênios dos funcionários do estado.



Professores

2 Projetos mexiam nos mecanismos de progressão e promoção na carreira dos docentes.

3 Também haveria mudanças no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que permite licença remunerada para saída para cursos de qualificação.

MEDIDAS MANTIDAS

Devedores

Será criado um cadastro de devedores contumazes

Ciência e Tecnologia

Muda a regra da destinação de recursos, aumentando o valor destinado à folha das universidades

Guia

Haverá guia única de recolhimento de taxas e impostos

Recebíveis

As dívidas parceladas serão antecipadas pelo governo com a emissão de debêntures

Nota fiscal

Programa dará prêmios a quem pedir a nota no comércio

Parcelamento

Quem tem dívidas de IPVA e ICMS poderá parcelar em até 10 anos

Fundos

Todo o recurso dos fundos estaduais poderá ser usado para pagamento de folha de pessoal

Previdência

Servidor que quiser se aposentar acima de R\$ 4,6 mil terá de pagar fundo complementar. A regra valerá apenas para novos servidores.

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

TRATORAÇÃO

Os 20 deputados que assinaram o pedido de comissão geral:

- Alexandre Curi (PMDB)
- Artagão Jr. (PMDB)
- Bernardo Carli (PSDB)
- Cantora Mara Lima (PSDB)
- Cristina Silvestri (PPS)
- Dr. Batista (PMN)
- Elio Rusch (DEM)
- Evandro Jr. (PSDB)
- Felipe Francischini (SD)
- Guto Silva (PSC)
- Jonas Guimarães (PMDB)
- Luiz Claudio Romanelli (PMDB)
- Marcio Nunes (PSC)
- Maria Victoria (PP)
- Mauro Moraes (PSDB)
- Nelson Justus (DEM)
- Paulo Litro (PSDB)
- Pedro Lupion (DEM)
- Plauto Miró (DEM)
- Schiavinato (PP)

10 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Governo nomeia filho de Haully para cargo que não existe

Chico Marés

Suplente de deputado estadual, Luiz Renato Haully (PSDB) consta como o escolhido para a diretoria jurídica da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). Entretanto, a companhia alega que a diretoria ainda não existe, e o próprio suposto diretor diz que não sabe como seu nome foi parar no Diário Oficial. A nomeação chamou a atenção pelo fato de que Haully tem apenas 24 anos e não possui registro de advogado.

No dia 4 de fevereiro, o Diário Oficial de Indústria e Comércio apresentava a ata de uma reunião do Conselho de Administração da Cohapar, na qual, entre outras coisas, a nova diretoria teria sido eleita. Entre os escolhidos para o comando da empresa, em um mandato de dois anos, estava Haully — além do novo diretor-presidente, o ex-deputado federal Abelardo Lupion (DEM).

“Houve um equívoco. Não fui nomeado, tampouco existe a diretoria jurídica. Não tenho nenhuma relação com a empresa. Tive ciência dessa ata, mas não é uma nomeação. Não posso nem responder pela empresa, não faço parte do quadro dela”, disse Haully. “Fui surpreendido por essa notícia em um portal de Londrina. Quero saber se eles vão pagar o salário”, brincou.

Através de sua assessoria de imprensa, a Cohapar negou que Haully fizesse parte de seu quadro de diretores. Segundo a empresa, a diretoria jurídica está sendo implantada (consta no organograma no site da companhia, com atualização em 30 de janeiro deste ano), mas que ainda não está constituída na prática. A *Gazeta do Povo* procurou Lupion para que ele explicasse a situação, mas não conseguiu contatá-lo.

Polêmica

Haully é filho do deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB), e concorreu pela primeira vez a uma cadeira na Assembleia nas eleições de 2014. Ele ficou com a terceira suplência de sua coligação, com 31 mil votos — à sua frente estão Wilson Quinteiro (PSB), nomeado recentemente diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), e Luiz Accorsi (PSDB).

Apesar de ser bacharel em Direito, ele não possui registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Portanto, pelo Estatuto da Advocacia, ele não estaria apto a exercer o cargo de diretor jurídico. Haully também é formado em Economia.

10 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Bucchi 'ganha' de Richa vaga no conselho do BRDE

Chico Marés

¶ Candidato derrotado ao governo do estado, Ogier Bucchi (PRP) foi indicado pelo governador Beto Richa (PSDB) como conselheiro do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Como conselheiro, ele deverá participar de reuniões ordinárias a cada dois meses, além de eventuais reuniões extraordinárias. Para isso, receberá jeton, cujo valor não foi informado, a ser pago por sessão. A informação consta no Diário Oficial desta segunda-feira (9).

“O governador considerou todas as colocações que fiz durante a campanha, isso motivou o convite. Não entendo como um emprego no governo, mas um serviço que presto ao Paraná”, disse o novo conselheiro. Ele terminou a disputa na quarta colocação, com 50 mil votos (0,85%), atrás de Richa, Roberto Requião (PMDB) e Gleisi Hoffmann (PT).

Bucchi foi criticado durante a campanha por supostamente ser um candidato “laranja” de Richa. Durante os debates e em seu programa eleitoral, evitava conflitos com o governador, que buscava à reeleição, e criticava duramente seus principais adversários, Requião e Gleisi — de quem chegou a pedir a impugnação da candidatura.

Bucchi nega essa postura, e diz que o termo é “muito ofensivo” e “denigre” sua imagem. “Tinha um programa com 44 pontos, dos quais os 12 primeiros eram críticas à gestão [de Richa]. As pessoas lembram dessa pecha vexaminosa e se esquecem de uma candidatura honesta. É só ter boa vontade de ler [seu programa de governo] para constatar isso”, afirma. Ele também alfineta os adversários: “Os dois [Requião e Gleisi] passaram a campanha fazendo tabelinha e ninguém chamou um de laranja do outro.”

Novos diretores

O conselho do BRDE é formado por seis conselheiros e seis diretores — cada estado do Sul indica dois conselheiros e dois diretores. Além de Bucchi, foi publicada oficialmente a nomeação de Orlando Pessuti (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB).

10 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Liminar obriga execução de obra em rodovia que pode ruir

Katia Brembatti

Uma decisão judicial, em caráter liminar, determina que uma obra de contenção seja realizada na BR-376, no município de Alto Paraná, no Noroeste do estado. Dúvidas sobre quem deve pagar pelo serviço acabaram adiando o início dos trabalhos e fizeram o caso parar na Justiça. A concessionária Viapar alega que o ponto de erosão já existia antes mesmo de a rodovia ser assumida pela empresa, em 1998, que o problema se estende para além da faixa de domínio da BR e que só pode fazer a obra, que não consta entre as obrigações contratuais, se for autorizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) a incorporá-la entre os serviços a serem remunerados pela tarifa paga pelos usuários.

A empresa comunicou a situação ao Ministério Público Federal, que conseguiu da Justiça a ordem para que a obra seja realizada imediatamente. Henrique Gentil Oliveira, procurador da República de Paranavaí, conta que, ao tomar conhecimento da situação de perigo, resolveu agir. "O caso coloca em risco tanto a vida dos usuários como o direito de ir e vir", diz. Ele também argumenta que os gastos públicos serão bem maiores caso seja necessário consertar a pista depois de um eventual desmoronamento.

Parte de uma obra paliativa realizada no local pela

concessionária já foi levada pela água da chuva. Nos últimos seis meses, a situação se agravou e o "buraco" alcançou 13 metros de largura, 12 metros de profundidade e 200 metros de comprimento. O solo na região é do tipo Arenito Caiuá, poroso e mais suscetível à erosão. Assim que forem comunicados oficialmente sobre a decisão judicial, governo estadual, concessionária e prefeitura de Alto Paraná têm 45 dias para terminar o serviço de contenção da rodovia. Uma reunião foi marcada para o dia 24 de fevereiro para determinar responsabilidades entre as partes. O custo estimado para evitar o desmoronamento é de R\$ 500 mil.

TCU apura crédito para Val Marchiori

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu dois procedimentos para apurar empréstimos de bancos públicos para a empresa da apresentadora de TV Val Marchiori. O Banco do Brasil contrariou normas internas e ajudou a apresentadora a conseguir um empréstimo no valor de R\$ 3 milhões subsidiado no fim de 2013. A socialite é amiga do ex-presidente do Banco do Brasil Aldemir Bendine, novo presidente da Petrobras. Além do TCU, o Ministério Público Federal também investiga a operação, após ter determinado à Polícia Federal a instauração de inquérito para apurar o empréstimo.

10 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Evangélica vai reabrir cursos após decisão do TRT

Rodrigo Batista

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) manteve ontem decisão liminar que suspende a demissão de professores e o fechamento de sete cursos na Faculdade Evangélica do Paraná (Fepar). Com a decisão, a instituição vai reabrir os cursos e iniciar matrículas no dia 18 de fevereiro.

A decisão, tomada por unanimidade pelos desembargadores do TRT-PR, faz com que a faculdade readmita 257 trabalhadores (entre professores e funcionários) e reabra a estrutura dos cursos de enfermagem, fisioterapia, medicina veterinária, nutrição, psicologia (diurno e noturno), gestão ambiental e teologia.

Os desembargadores mantiveram o entendimento de que o interventor da instituição e do Hospital Evangélico só poderia ter determinado fechamento de cursos e demissões após a apresentação de um diagnóstico sobre as duas entidades. A Fepar disse que irá recorrer da decisão ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

NOTAS POLÍTICAS Extinção da pena

A defesa do ex-deputado e ex-presidente do PT José Genoino pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o benefício do indulto natalino ao condenado no processo do mensalão. Se o pedido for aceito, Genoino poderá ter o restante da pena extinta, com base no decreto da presidente Dilma Rousseff que prevê o indulto de Natal para presos que tiverem cumprido um tempo determinado da pena e tiverem bom comportamento. Atualmente, Genoino cumpre em regime aberto a pena de 4 anos e 8 meses imposta como condenação no mensalão. Apesar de poder cumprir a pena em casa nesta modalidade, ele ainda tem obrigações como comparecimento periódico à Justiça e dever de permanecer em casa no período da noite. O pedido da defesa de Genoino chegou ao STF ontem e deverá ser analisado pelo ministro Luís Roberto Barroso, relator das execuções penais do processo do mensalão.

Lava Jato

A ex-contadora do doleiro Alberto Youssef depôs ontem na Justiça Federal de Curitiba e na saída comentou com os jornalistas que o doleiro "já foi mais simpático". "Agora nesses dias ele cumprimenta a gente, mas de uma forma mais contida", disse a contadora sobre seu relacionamento atual com o doleiro. Meire era contadora da GFD Investimentos, empresa de fachada controlada por Youssef no esquema descoberto na Operação Lava Jato.

10 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Porte de arma para agente penitenciário é regulamentado

| *Diego Ribeiro*

Os 3.900 agentes penitenciários do Paraná estão autorizados a portar armas para defesa pessoal a partir de hoje. A resolução nº 19/2015, assinada pelo secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Fernando Francischini, regulamenta a lei federal nº 12.993/2014 (complemento da Lei nº 10.826/2003) que pacifica definitivamente a licença dos agentes a portar armas de fogo.

Por enquanto, somente os agentes que já têm o registro específico expedido pela Polícia Federal poderão usar as armas até o Instituto de Identificação do Paraná emitir novas cédulas de identidade funcional. O documento será de porte obrigatório para carregar a arma e ainda não tem data para ser emitido.

O presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná (Sindarspen), Antony Johnson, salienta que as armas são para defesa pessoal e que os agentes não as usarão dentro dos presídios. “Em meio a todo reboliço do fim do quinquênio [aumento salarial garantido a cada cinco anos] do funcionalismo, essa resolução é uma boa

notícia”, diz Johnson.

O representante do Sindarspen ainda ressalta que não é mais hora para debater sobre a necessidade ou não de os agentes terem o porte. “A lei está aí e é para ser cumprida desde 2003”, comenta.

De acordo com Johnson, o governo ainda deve analisar, no futuro, a possibilidade de criação de uma guarda específica para os presídios, que possa fazer o papel que hoje é da Polícia Militar nos presídios. Atualmente, apenas a PM pode usar armas para fazer a guarda dos muros das penitenciárias.

Para o coordenador do Centro de Estudos da Violência e Direitos Humanos da UFPR, Pedro Bodê, o porte de armas para os servidores agentes penitenciários é justificado já que se trata de uma atividade de alto risco.

“O importante é que se acompanhe sempre, que se fiscalize. Agora o que vamos ver é se vai acontecer o uso indevido”, destaca Bodê. Na avaliação dele, os agentes não poderiam permanecer sem o porte. “Claro, eles vão ter de estar preparados para portar a arma assim como todos os profissionais que têm o porte”, diz.

Hoje, o Sindarspen vai se reunir com o secretário Fernando Francischini para debater o quinquênio, o pagamento das promoções e para saber quando o Instituto de Identificação do Paraná vai emitir as cédulas que autorizam o porte.

10 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda soltar suspeitos de pagar propina à BR Distribuidora

DE CURITIBA E DE SÃO PAULO - A Justiça determinou nesta segunda (9) a soltura de três executivos da empresa Arxo que estavam presos temporariamente desde a semana passada: Gilson Pereira, Sérgio Marçaneiro e João Gualberto.

A Arxo fabrica tanques de combustível e é fornecedora da BR Distribuidora. O grupo é suspeito de pagar propina para ganhar contratos de obras da estatal. A empresa nega e diz que a investigação é movida por "vingança" de uma ex-funcionária, que a denunciou.

Para o juiz Sergio Moro, como todos os executivos depuseram e as buscas na empresa foram cumpridas, não há mais necessidade de prisão.

Nesta terça (10), uma turma de quatro ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) julga se mantém o ex-diretor da Petrobras Renato Duque livre. Ele foi solto em 3 de dezembro em caráter provisório por decisão do ministro Teori Zavascki. A nova sessão é considerada por advogados de empreiteiras um teste das relações entre o STF e Moro.

Se a corte mantiver Duque livre, é sinal de que não apoia as decisões de Moro, avaliam. Do contrário, o juiz sai ainda mais fortalecido. A turma que julgará Duque é composta ainda por Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

A liberdade do executivo foi a única vitória robusta que advogados que atuam na Lava Jato obtiveram até agora.

Na decisão, Teori disse que ter conta ilegal no exterior não era motivo que justificasse a prisão do executivo.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

Impeachment

10 FEV 2015

RIO DE JANEIRO - O nome é feio e o significado é mais feio ainda. No entanto, a palavra está sendo falada e escrita, com perigosa insistência, tanto no jornais como nas tevês, na internet, e repetindo Nelson Rodrigues: nos botecos e velórios.

As coisas não estão indo bem para o Brasil nem para dona Dilma. Sou supersticioso e o Paulo Coelho me ensinou a ver (e a entender) os sinais. Aquele 7 a 1 da Alemanha em cima do Felipão foi mais do que um sinal. Foi advertência, quase um prognóstico.

No momento em que escrevo, o balanço da situação não podia ser mais nefasto, a menos que o Banco do Brasil falisse vergonhosamente. E o Cristo Redentor recolhesse seus braços abertos sobre a Guanabara e nos desse, também vergonhosamente, uma banana. De acordo com a nossa megalomania, seria a maior banana do mundo e da história.

Ainda não chegamos ao fundo do poço mas estamos longe de ver a luz no fim do túnel.

As ameaças aí estão: racionamento de água e energia, escândalos cada vez maiores, crises na saúde e na educação, a volta da velha senhora que atende pelo nome de inflação e, até mesmo, o vinagre em que se meteu o homem que é considerado o mais rico entre os ricos. Para quem perdeu a Luma de Oliveira, perder alguns tostões não é nada.

Quem também perdeu alguma coisa foi dona Dilma, e com ela o próprio PT, que se vendia como uma vestal, um varão de Plutarco. O escândalo do mensalão atingiu Lula, que ficou com a fama de saber tudo.

O escândalo da Petrobras, queiram ou não queiram os milhões de eleitores que votaram nela, também se perguntam se ela não sabia o que ocorria na nossa maior estatal.

Sinceramente, acredito que não. Mas está sendo um descomunal abacaxi, para ela e para o Brasil.

10 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

A assustadora corrupção

Manuel Joaquim R. Santos

Torna-se estarrecedora essa constatação recente: todos temos um amigo ou algum vizinho que conheça alguém que ocupa as páginas policiais dos telejornais! Como as coisas estão ali na esquina. A corrupção nos golpeia com proximidade escandalosa. Como ela nos observa do alto de uma familiaridade escandalizante. Não é mais, algo distante que está em patamares inalcançáveis para o comum mortal. Os seres humanos normais se habituaram a vê-la e a cumprimentá-la com certa intimidade e a senti-la nos bolsos, onde chegam seus tentáculos inevitáveis de maldade e crime. A corrupção neste país tornou-se cinicamente “de casa”. Tanto que uma boa maioria nem a enxerga mais.

O fogo amigo da corrupção é provocado pela tempestade de denúncias reais que acabam umas sufocando e escondendo as outras. São tantos os focos de incêndio, que o cidadão quase que acredita em alguma mente prodigiosa oculta que vise confundir os que ainda se assustam com essas mazelas. Quando nos refazemos de uma tempestade ou avalanche de maldades, chega outra maior que nos rouba a atenção e nos faz de certa forma esquecer a anterior. A cada dia, sua desgraça ou seu mal – como diria a Bíblia. Alguns dizem que uma gravidez de décadas ou séculos, dá agora à luz, num ambiente democrá-

tico, seus monstros devoradores da legalidade e da própria democracia em forma de crimes contra o erário público. Outros afirmam que “nunca como hoje” se assaltou tanto a res pública à sombra de uma explícita e sobejamente conhecida impunidade. Seja como for, não tem sobrado espaço nos jornais para outras informações de interesse público que não abordem o desvio de recursos preciosos para os brasileiros.

O Legislativo vive há muito alheio à saga nacional de impaciência e revolta com todo este processo devorador de vida. Haja visto a farra circesense em torno da eleição do presidente da Casa. Ali, a distribuição de cargos ofuscou qualquer preocupação com o país. O Executivo tomado por uma surdez crônica e uma miopia irritante,

demonstra não entender os recados que recebeu do povo nos últimos meses e continua agindo como se nada estivesse acontecendo.

O Judiciário, que se configura como a esperança dos que teimam em acreditar nas instituições e no próprio Estado de Direito, deve fazer um esforço contínuo em vencer a tentação de se distanciar da população. A Justiça é verdadeiramente ela, quando está próxima e se mostra sensível à história dos que dela precisam. Juizes, promotores e membros de outras instâncias são bem remunerados para serem inequivocamente sentinelas de um povo cada vez mais espoliado e ludibriado pelos que elegeu. O Judiciário é fundamental para evitar-se o que todos tememos: uma convulsão social inconsequente e imprevisível. A independência deste poder frente aos

outros vai além de uma questão financeira. Não se pode tolerar mais que, direta ou indiretamente, o Judiciário tenha qualquer “dependência” de outros poderes da República. Devemos caminhar para reformas estruturais de Estado que coloquem os Três Poderes páreos trabalhando de forma harmoniosa, independente e separados. Num contexto político vivido hoje pelo nosso país, em que as denúncias atingem níveis insuportáveis, o poder Judiciário deve mostrar aos cidadãos que as principais instituições da República estão defendidas e

nenhuma tempestade as derrubará.

Nestes quase 30 anos de redemocratização aprendemos muitas lições. A principal delas é que o país não crescerá e não será uma nação de todos e para todos, enquanto o polvo da corrupção estiver infiltrado no poder e dominar os protagonistas da política nacional. O Brasil está sendo massacrado internamente pelos que, abrindo as comportas do desvio do dinheiro público, destroem as escadas por onde devíamos ascender ao andar superior. Assim, patinamos na lama vendo as carroças passar ou, como se diz, perdendo mais uma vez o bonde.

66

O Judiciário deve
mostrar que as
principais
instituições da
República estão
defendidas e
nenhuma tempestade
as derrubará

MANUEL JOAQUIM R. SANTOS

é padre na Arquidiocese de Londrina

10 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Moro manda soltar executivos da Arxo

Estelita Hass Carazzai
Folhapress

Curitiba - O juiz federal Sergio Moro determinou ontem a soltura de três executivos da empresa catari-nense Arxo, presos temporariamente na nona fase da Operação Lava Jato. Gilson Pereira e Sérgio Marçaneiro estavam presos desde quinta-feira, e João Gualberto Pereira Neto, desde sexta. Eles eram executivos da Arxo, que fabrica tanques de combustível e é fornecedora da BR Distribuidora. O grupo é suspeito de pagar propina para vencer licitações de obras da estatal. A empresa nega e diz que a investigação é movida por "vingança" de uma ex-funcionária, que denunciou os fatos. A defesa dos executivos também afirma que os contratos da BR foram obtidos por meio de pregão eletrônico. As prisões dos três empresários venciam nesta segunda e terça.

Para o juiz Moro, como todos eles prestaram depoimento e as buscas e apreensões foram cumpridas na sede da empresa, "não há mais necessidade da prisão". O magistrado determinou, porém, que eles sejam proibidos de deixar o país ou mudar de endereço sem comunicarem a Justiça, além de manter contato ou intimidar a ex-funcionária

que os denunciou. Na semana passada, agentes da PF localizaram quase R\$ 3 milhões na sede da Arxo, investigada na Operação Lato Jato sob suspeita de pagar propina para obter informações privilegiadas e contratos com a Petrobras. A empresa produz tanques para armazenamento de combustíveis para a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras que passou a ser investigada pela nova fase da Operação Lava Jato. Com a soltura de seus executivos, só permanece preso desta nova fase da operação o empresário Mario Frederico Mendonça Goes, acusado de ser o operador dos pagamentos de propina à BR. Ele se entregou à Polícia Federal no domingo. Sua defesa nega as acusações. "Ele não fez nada disso. Trabalhava como consultor de algumas empresas, sim, mas de forma alguma como operador", afirmou a advogada Livia Novak, que defende Goes.

Segundo o Ministério Público, Goes operava em favor de diversas empresas na Petrobras, intermediando o pagamento de propinas em espécie. O dinheiro, segundo a Procuradoria, era entregue em mochilas a Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras e que confessou participação no esquema. A defensora de Goes nega.

10 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Bendine ganha aposentadoria 'cheia' do BB de R\$ 62,5 mil

Murilo Rodrigues Alves

Agência Estado

Brasília - O novo presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, deixa o comando do Banco do Brasil com aposentadoria com base no salário mensal de R\$ 62,4 mil, embora as associações de funcionários e aposentados do maior banco do País sejam contrárias ao que chamam de "aposentadoria cheia" - calculada com base no salário encorpado de outros benefícios, como férias e vale alimentação.

A prerrogativa de se aposentar de acordo com as regras não é de Bendine. Outros vinte executivos do banco já recebem aposentadorias calculadas com base nos salários com outros benefícios. Ivan de Souza Monteiro, novo diretor da petroleira, também reúne idade e tempo de contribuição suficientes para se aposentar com base no salário cheio de R\$ 55,8 mensais que recebia como vice-presidente do BB.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), xerife do setor, considerou que caberia ao BB - e não à sua caixa previdenciária, a Previ - assumir a diferença dessas aposentadorias maiores.

Para a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), as "superaposentadorias" são benefícios indevidos.

A origem de todo esse imbróglio remonta a 2008, quando, para cumprir exigências da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o BB decidiu que os executivos do banco passariam a

receber honorários em vez de salários. Para calcular os honorários, o banco somou tudo que qualquer funcionário recebe durante o ano (salários, comissões, 13º, férias, abonos, licença-prêmio, auxílio alimentação etc) e dividiu por 12.

Procurado até a noite de ontem, BB, Previ e Previc decidiram não se pronunciar.

10 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Vazamento revela face oculta do sigilo bancário

Investigação aponta que HSBC na Suíça foi usado para lavar dinheiro, fraude fiscal e financiamento do terrorismo

France Presse

Zurique - Várias personalidades políticas, do mundo do entretenimento, do esporte ou dos negócios são citadas pela imprensa internacional em uma investigação que revela a face oculta do sigilo bancário na Suíça, com base em dados de milhares de contas escondidas no banco HSBC.

O Brasil aparece como o nono país da lista, com 7 bilhões de dólares nas contas no período em questão. Segundo os arquivos, 8.667 clientes tinham algum vínculo com o Brasil, sendo 55% com a nacionalidade brasileira.

Batizada de SwissLeaks, a investigação é uma verdadeira viagem ao coração da fraude fiscal e revela os artifícios utilizados para dissimular dinheiro não declarado. Segundo as informações, baseadas na investigação de arquivos bancários retirados do HSBC Suíça pelo ex-funcionário Hervé Falciani, quase 180 bilhões de dólares teriam transitado por contas do HSBC em Genebra, para fraudar o fisco, lavar dinheiro sujo ou financiar o terrorismo internacional.

No período analisado (2005-2007), a Venezuela é o terceiro país com maior

quantidade de dólares na filial suíça do banco britânico, com o total de 14,8 bilhões, segundo os arquivos que vazaram para a imprensa. Os arquivos foram extraídos de dados copiados pelo técnico de informática Hervé Falciani, ex-funcionário da filial suíça do HSBC.

O jornal Le Monde teve acesso aos dados bancários de mais de 100 mil clientes e passou a informação ao Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ na sigla em inglês), que tem sede em Washington, que compartilhou as informações com quase 50 meios de comunicação internacionais.

Os dados, analisados por 154 repórteres de 47 países, correspondem ao período que vai de 2005 a 2007. Bilhões teriam transitado por estas contas de Genebra, dissimuladas, entre outras, por estruturas offshore no Panamá e nas Ilhas Virgens britânicas. Apenas entre 9 de novembro de 2006 e 31 de março de 2007, 180,6 bilhões de dólares teriam transitado por estas contas em Genebra.

Nesta segunda-feira, a filial suíça do banco britânico HSBC afirmou que “mudou após as falhas constatadas em 2007”, segundo um comunicado enviado à AFP. O HSBC

Suíça “realizou uma transformação radical em 2008 para impedir que seus serviços sejam utilizados com o objetivo de fraudar o fisco ou lavar dinheiro sujo”, afirma no comunicado o diretor geral da filial, Franco Morra.

No caso da Venezuela, o ICIJ aponta como principal envolvido Alejandro Andrade, ex-segurança de Hugo Chávez, que foi presidente da Secretaria do Tesouro entre 2007 e 2010 e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico da Venezuela (Bandes).

Entre outros nomes mencionados pela imprensa figuram o rei Mohamed VI de Marrocos e o rei Abdullah II da Jordânia, personalidades da moda como a modelo Elle McPherson e a estilista Diane von Fürstenberg, a atriz Joan Collins, o piloto de motos italiano Valentino Rossi, o piloto espanhol de Fórmula 1 Fernando Alonso, o ator americano John Malkovich e o humorista francês Gad Elmaleh.

1 0 FEV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ ESTADO PARALISADO

Professores ganham adesão de outras categorias contra pacote do governador

A segunda-feira foi de mobilizações em Curitiba, contra o pacote de medidas Governador Beto Richa (PSDB), que corta benefícios dos funcionários públicos, e será votado hoje pelos deputados estaduais. Os professores da rede estadual de ensino, que deram início à greve ontem, passaram o dia em frente à Assembleia Legislativa do Paraná e ganharam a adesão de outras categorias.

De acordo com a APP-Sindicato, que representa os professores, cerca de cinco mil educadores participaram do protesto e a expectativa é que a mobilização seja ainda maior hoje. A entidade estima que todos os 2,1 mil colégios ficaram sem aula, com a adesão de aproximadamente 100 mil funcionários.

ADESÃO

Outras categorias se juntaram aos professores. Para hoje são esperados representantes dos professores universitários estaduais, agentes penitenciários e servidores estaduais da saúde, que engrossam o coro contra o "pacote" de medidas de austeridade que devem cortar benefícios do funcionalismo público do estado. "Hoje é só preparação, porque amanhã vai ser maior", garantiu

Marley Fernandes, secretaria de Finanças do sindicato dos professores. Ainda ontem, servidores da saúde municipal (Sismuc), do poder Judiciário estadual (Sindijus) e dos engenheiros (Senge) manifestaram solidariedade à causa dos docentes. Alunos do Colégio Estadual do Paraná (CEP) e integrantes do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) também marcaram presença.

Tratoração

O líder do governo Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), apresentou ontem pedido para que o plenário seja transformado em "comissão geral" hoje.

Com isso, os dois projetos do pacote fiscal enviado pelo governador na semana passada poderão ser votados no regime conhecido como "tratoração" - rapidamente, e sem ter de passar pelas várias comissões da Casa.

Ainda assim, os deputados pressionaram o governo a recuar no fim dos quinquênios e das mudanças nas regras das promoções dos professores. O plano de desenvolvimento das carreiras dos docentes, com cursos periódicos, também não seria mais modificado. Continuam o corte do auxílio-transporte nas férias e afastamento, dificuldade para tirar licenças, remanejamento dos professores da área administrativa para a sala de aula e a fusão dos dois planos da Paraná Previdência.

Juiz determina que três presos da Lava Jato sejam soltos

A O juiz federal Sérgio Moro expediu o alvará de soltura, no início da noite de ontem, dos três empresários da Arxo presos temporariamente: Gilson Pereira, Sérgio Marçaneiro e João Gualberto Pereira. Quatro pessoas foram presas na 9ª fase da Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF). O quarto detido continua preso.

Na decisão, o juiz determina o comparecimento dos três a todos os

atos do processo mediante intimação por qualquer meio, inclusive por telefone; que eles não deixem as respectivas residências por mais de 30 dias, nem deixem o país sem prévia autorização da Justiça. Sérgio Moro ainda diz que eles estão proibidos de manter contato ou intimidade, direta ou indiretamente, a ex-funcionária da Arxo que é testemunha e prestou depoimento ao Ministério Público Federal (MPF). ♣

PSDB pede dados de 12,8 mil urnas para auditoria

***** Uma equipe contratada pelo PSDB apresentou nesta segunda-feira (9) a técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma lista de 12,8 mil urnas eletrônicas para dar continuidade à auditoria que o partido realiza dos sistemas de votação e apuração das eleições do ano passado. Segundo o coordenador do trabalho, o advogado Flávio Henrique Pereira, foram selecionadas urnas de

todas as capitais e de cidades do interior de todas as unidades da federação.

Na última semana de fevereiro, representantes do PSDB farão nova reunião no TSE para passar a captar os dados das urnas diretamente nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). A intenção, segundo Pereira, é comparar as informações passadas pelos municípios aos respectivos TREs e depois repassadas ao TSE. ♣

NOTA POLÍTICA

Extinção da pena

O ex-presidente do PT José Genoíno, condenado no processo do mensalão e preso em regime aberto, pediu nesta segunda-feira (9) ao Supremo Tribunal Federal (STF) o benefício do indulto, pelo qual sua pena fica extinta. O pedido é baseado num decreto, assinado no final de 2014 pela presidente Dilma Rousseff, que concede o benefício para presos em diversas situações.

10 FEV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

TST mantém cassação de aposentadoria de ex-magistrado

Decisão unânime do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a cassação da aposentadoria de Nicolau dos Santos Neto. O ex-juiz foi acusado de desviar R\$ 170 milhões da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo quando era presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, na década de 1990.

O ex-juiz questionava, no recurso ao tribunal, a ausência desses pagamentos antes do trânsito em julgado da condenação criminal, declarado em 2013 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Santos Neto deixou de receber aposentadoria em 2000. A defesa de Nicolau ainda poderá apresentar embargos declaratórios para o próprio Órgão Especial. ●

BEMPARANÁ

Juiz Moro manda soltar três sócios da Arxo

10 FEV 2015

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Polícia Federal, mandou soltar ontem os três sócios da empresa Arxo Industrial, presos na nona fase da Operação Lava Jato, deflagrada na semana passada. Com a decisão deveriam ser soltos ainda ontem Gilson João Pereira e João Gualberto Pereira, sócios da Arxo, e Sergio Ambrosio Marçaneiro, diretor financeiro. Eles estão presos na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Ao deferir a soltura, Moro entendeu que não há mais a necessidade da prisão temporária, após o cumprimento das buscas e apreensões que resultaram em R\$ 3,1 milhões e 500 relógios de luxo. Os acusados pagavam propina para obter contratos com a BR Distribuidora. Os pagamentos ocorreriam em contratos com a BR Aviation, empresa da Petrobras especializada no abastecimento de aeronaves.

Evangélica

TRT mantém empregos

A Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região decidiu, por unanimidade, manter a liminar que suspendia o fechamento dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia (diurno e noturno), Gestão Ambiental e Teologia da Faculdade Evangélica do Paraná. A medida não veta que os cursos sejam extintos, mas não de forma abrupta, como foi feito inicialmente.

Juiz de Direito mobiliza comunidades contra violência

10 FEV 2015

O Juiz de Direito da Comarca de Bela Vista do Paraíso, Helder José Anunziato, tomou uma atitude inédita para enfrentar a onda de violência que vem assolando a comunidade.

Segundo ele, "vínhamos sendo cobrados por setores da comunidade local sobre a onda crescente de violência que se abateu em Bela Vista nos últimos meses. O Judiciário tem feito a sua parte, apresentando denúncias, através do Ministério Público e as condenações são realizadas. Porém, notamos que a comunidade cobrava ações mais efetivas e isso só pode ser realizada com a união de todos.", afirmou.

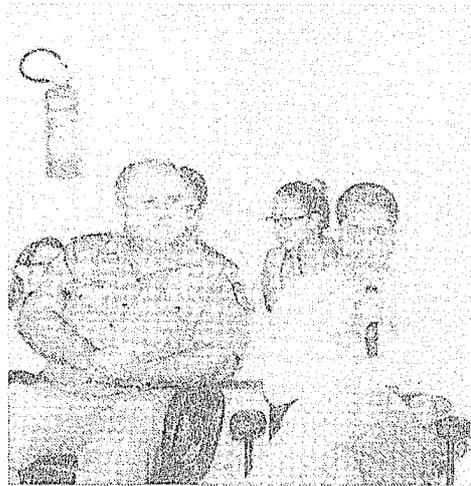
Um dos setores que mais vem cobrando ações visando coibir a ação de marginais é a Associação Comercial, cujos comerciantes são as vítimas preferenciais dos bandidos. A diretoria da Associação Comercial e Empresarial de Bela Vista do Paraíso – ACEB – realizou algumas reuniões no sentido de mobilizar a comunidade. Foi com a adesão direta do Juiz de Direito que o movimento cresceu e todos se engajaram para combater a onda de violência.

Com a participação do Juiz de Direito, o Executivo e outros setores da sociedade organizada passaram a atuar de forma mais direta na solução dos problemas.

No último dia 19 de

janeiro, uma comitativa formada por várias autoridades e pessoas das comunidades esteve em Curitiba para uma reunião com o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Delegado Fernando Francischini e o Coronel da Polícia Militar, Nerino Mariano de Brito.

A reunião, intermediada pelo Deputado Estadual Pedro Lupion (DEM), contou ainda com a participação dos Deputados Sérgio Souza e Alexandre Curi. Além do Juiz de Direito da Comarca,



participaram da comitativa o prefeito de Bela Vista, João Monza, o vice-prefeito, Jean Marcelo Palú, o presidente da Câmara, Marcelo Eduardo Henrique, os vereadores Júlio César Moliani, Rondinele Beluci Meira, Reinaldo Stefane, Willian R. Chaves da Costa e Florindo Palú, o presidente do Rotary Club, Edson Vieira Brene, o presidente da Associação Comercial de Bela Vista do Paraíso, Luiz Valdemar Rampazzo e alguns representantes do comércio local. Participaram também o presidente do Conselho Municipal de Segurança de Alvorada do Sul, Márcio Luiz Cuenca, e dois representantes da Prefeitura de Alvorada, Luiz Fernando Camba Filho e João Ricardo da Silva. "Hoje a insegurança domina nossa cidade e região, por isso resolvemos nos unir com o propósito legítimo de restituir o controle da segurança dos moradores e do comércio local", destacou Dr. Helder José Anunziato, Juiz de Direito da comarca.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A reunião foi pautada por reivindicações extremamente necessárias para resgatar a segurança de Bela Vista do Paraíso e, conseqüentemente, de toda região, tais como: a instalação de uma Cia. da Polícia Militar na cidade, a construção de uma nova Cadeia Pública (a atual é de 1954 e foi reformada pela última vez na década de 1980), a efetivação de um novo delegado de polícia para a comarca, a regularização da situação de carceragem da Polícia Civil, a militarização da Defesa Civil e mais patrulhamento ostensivo da Rotam.

De acordo com o secretário de Segurança Pública do Paraná, Fernando Francischini, por hora, um novo delegado será nomeado para assumir a comarca de Bela Vista do Paraíso em caráter de urgência, presos serão remanejados para diminuir a lotação das celas na Cadeia Pública, e as operações ostensivas da Polícia Militar serão potencializadas não só na cidade, como em toda a região.

Segundo Francischini, "Assumi há poucos dias a pasta da Secretaria de Segurança, e me com-

prometo, dentro do que nossa estrutura permite equacionar as mais importantes necessidades para garantir a segurança de Bela Vista e Alvorada do Sul. Vocês foram os primeiros a constar no meu "radar" e não mediremos esforços para trazer a paz e a tranquilidade dessas cidades de volta", ressaltou Francischini.

A comitiva ficou bastante feliz com o resultado da reunião, que de forma prática conseguiu chamar a atenção das autoridades estaduais para os graves problemas de segurança que afetam a região. O prefeito João Monza avaliou o encontro de forma positiva e agradeceu o engajamento de todos. Monza disse que "A reunião foi ótima, fomos

10 FEV 2015

muito bem recebidos pelo secretário de Segurança Francischini, em quem confio ser o homem certo para nos ajudar. Tenho certeza que Bela Vista, Alvorada do Sul e todos os municípios vizinhos serão beneficiados com mais atenção do Estado. Eu especial gostaria de agradecer ao Dr. Helder, aos vereadores e a todos os comerciantes que vieram até aqui, pois juntos somos mais fortes", resumiu o prefeito.

No próximo dia 10 de fevereiro, no Fórum de Bela Vista do Paraíso, uma audiência pública definirá os membros definitivos que irão compor o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG-BVP), assim como seu calendário de atividades para 2015.